

Sessão Especial ETENE

**DA FANTASIA À CONSTRUÇÃO:
desafios e opções para o Nordeste**

Composição da Mesa

Presidente

José Sydrião de Alencar Júnior

Superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE

Expositores

Pierre Salama

Professor da Universidade de Paris

Assuéro Ferreira

Professor da Universidade Federal do Ceará

Ladislau Dowbor

Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Mestre-de-cerimônias

Senhoras e senhores, bom dia. Iniciamos com sessões simultâneas e o lançamento de livros o segundo dia das atividades do Fórum BNB de Desenvolvimento e do X Encontro Regional de Economia, realizados em parceria Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia – Anpec.

Este ano, os dois eventos se reúnem sob o tema “O Nordeste de Celso Furtado”, buscando mobilizar a comunidade acadêmica e política em torno de questões relevantes para o desenvolvimento regional. Aos participantes que nos acompanham desde ontem, gostaríamos de reite-
rar a satisfação do BNB e da Anpec com suas presenças. Aos convidados que se integram à nossa programação a partir de agora, nossos votos de boas vindas.

Neste momento, daremos início à sessão especial do Etene “Da Fantasia à Construção: Desafios e Opções para o Nordeste”, que será concluída às 11 horas e 45 minutos, quando haverá o intervalo para o almoço. À tarde, teremos mais três painéis, e ao final deles, às 18 horas, a entrega das comendas Mérito BNB a funcionários aposentados do Banco; dos Escudos de Ouro a funcionários ativos dos diversos Estados das áreas de atuação do Banco; e dos Prêmios BNB de Economia Regional e de Talentos Universitários. E antes do último painel, teremos a entrega do terceiro Prêmio BNB de Microcrédito.

Iniciamos os trabalhos dessa sessão especial convidando o superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – Etene, José Sydrião de Alencar Júnior, para presidir a mesa. Convidamos também os expositores: Pierre Salama, professor da Universidade de Paris, na França; Assuéro Ferreira, professor da Universidade Federal do Ceará, e Ladislau Dowbor, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. Após as exposições, será aberto espaço para perguntas. Passamos a palavra, neste momento, ao presidente da mesa, Sr. José Sydrião de Alencar Júnior.

José Sydrião de Alencar Júnior

Bom-dia a todos e a todas. Mais uma vez, é um prazer estar aqui com vocês. Estamos abrindo esta mesa de discussão, a segunda mesa em homenagem ao grande economista brasileiro Celso Furtado. Eu acho que os palestrantes farão bem melhor com a exposição de parte do pensamento de Celso Furtado. Eu digo parte porque a obra de Celso Furtado é imensa, profunda, e merece sempre uma reflexão pela sua atualidade, daí ser impossível falar de toda a obra de Celso Furtado em um seminário de dois ou três dias. Os três participantes da mesa – professor Salama, professor Dowbor e professor Assuéro – terão, cada um, a sua vertente de pensar, de fazer uma reflexão sobre a obra de Celso Furtado.

Eu queria colocar também a importância de estarmos discutindo a obra de Celso Furtado. Por que esta homenagem do Banco do Nordeste, do Etene, a este grande brasileiro que pensou o Brasil como nação? Eu

acho que é uma coisa importante, porque Celso Furtado, até o fim da sua vida, sempre falou no projeto nacional brasileiro. Acho que caiu em desuso, por muitos anos nas últimas décadas, pensar um projeto nacional, dentro desta visão neoliberal de possível queda dos Estados Nações. Mas eu acho que refletir sobre Celso Furtado é também refletir sobre esse grande projeto que estava embutido em sua obra.

O BNB tinha e tem o dever de refletir sobre essas questões, porque, antes de tudo, nós somos um instrumento de toda essa tentativa de superação dos desníveis regionais, da questão espacial. Nós temos a responsabilidade de liderar, de fazer passar pelo Banco toda essa discussão. Isso eu queria colocar porque é uma discussão recorrente na academia brasileira, por exemplo, se os incentivos fiscais deveriam focalizar no indivíduo ao invés da questão do espaço. Essa falsa dicotomia, na nossa opinião, que Celso Furtado tanto combateu, entre focalizar a pobreza e os incentivos fiscais do ponto de vista do indivíduo, ao invés da questão espacial, nós estamos aqui também para fazer esta reflexão, porque, na verdade, onde existe mais pobreza no Brasil é no espaço regional do Nordeste. Isto é uma questão importante, sem prejuízo da relevância de políticas sociais em relação à questão do indivíduo. As duas coisas não são concorrentes. Esta é uma questão que eu queria colocar inicialmente.

Vou passar agora a palavra ao professor Pierre Salama, da Universidade de Paris. O professor Pierre Salama tem o que nós consideramos uma interessante abordagem sobre todas estas questões que perpassam esse processo atual de globalização financeira, que eu considero uma questão importante, que não devemos deixar de lado, e que também faz parte de toda esta reflexão totalizante que precisamos fazer em torno da questão regional.

Pierre Salama

Muito obrigado. Primeiro, é bastante importante a atualidade do pensamento de Celso Furtado. Não se trata de retomar exatamente toda a obra de Celso Furtado, mas, sobretudo, de ver se sua metodologia é boa para entender o que se passa na América Latina e entender também o

que se passa na Ásia. Lembrem que ontem Paulo Singer disse que a China e o Vietnã são, precisamente, casos que comprovam o rigor do pensamento de Celso Furtado. Queria, então, retomar este tipo de problema, e ver se o pensamento de Celso Furtado sobre um ponto preciso, um fator econômico, que é a distribuição da renda, é suficiente para entender o que se passa na América Latina, acerca do que se chama a tendência à estagnação das economias da América Latina.

Cerca de 15 anos depois da hiperinflação, mais ou menos, dependendo do país, todos ou quase todos os países da América Latina, à exceção, talvez, da Argentina, durante alguns anos, conheceram um processo de estagnação econômica. E isso é importante porque, ao contrário, os países da Ásia conhecem um processo de crescimento muito forte. Então, é oportuno questionar por que a América Latina não pôde conhecer um processo de crescimento forte, e conheceu um processo de estagnação econômica.

Existe uma segunda característica: é que, ao contrário do caso dos países da Ásia, o crescimento da América Latina é também bastante volátil. Significa que você tem, ao final de tudo, uma estagnação, mas com uma grande volatilidade. É preciso conhecer a razão dessa volatilidade, porque ela tem uma influência também sobre a taxa de crescimento médio.

Vou falar um pouco do pensamento de Celso Furtado, das obras dele, sobre a tendência à estagnação, porque me parece bastante atual, mas é preciso completá-lo. E parece bastante atual porque o pensamento de Celso Furtado incide, sobretudo, sobre a má distribuição da renda. E vocês sabem, porque a gente conhece bem o problema, que para Celso Furtado, naquela época, a maneira de sair da estagnação seria melhorar a renda das pessoas mais pobres com uma reforma agrária, por exemplo, e fazer de tal sorte que da distribuição da renda possa sair um dinamismo novo que vá dar impulso ao crescimento dos países da América Latina.

Para Celso Furtado o problema é o seguinte: naquela época, ao final dos anos 60, o setor dinâmico era o setor de bens duráveis; o problema é que a capacidade de produção ótima do setor de bens de consumo duráveis experimentou nessa época um crescimento, mas é preciso conhecer o tamanho suficiente para obter o que se chama economia de

escala, para efetivamente ter uma taxa de rentabilidade suficiente. Do lado da demanda, efetivamente, a distribuição da renda era demasiadamente desigual, e surgiu dentro do setor dinâmico uma confrontação entre a estrutura da demanda de um lado e a estrutura da oferta do outro lado, que vai dar capacidade de produção ociosa no setor dinâmico da economia. Então, efetivamente, você tem aumento da inflação, que se chama inflação estrutural – que é uma nova explicação da inflação, contra a explicação do Fundo Monetário Internacional, naquela época, já –, mas apesar do incremento do preço você tem uma queda da taxa de lucro, e com a queda da taxa de lucro você tem uma tendência à estagnação.

Essa é uma descrição importante por duas razões. A primeira é que todo o problema, para Celso Furtado e para o keynesianismo, era a questão da demanda e não a questão da oferta. A segunda razão é porque se tem, nesse momento, uma explicação da inflação estrutural e se explica também por que, efetivamente, em muitos países existiu um processo de queda da taxa de crescimento. Então, é um problema interessante: estabelecer uma ligação, um vínculo, entre a distribuição da renda de um lado e a taxa de crescimento do outro lado.

A partir desse momento existem alguns outros problemas, porque estamos frente a um paradoxo. É que, infelizmente, surgiu a ditadura militar, e a ditadura militar vai permitir, entre aspas, uma retomada bastante forte da taxa de crescimento, o que se chama crescimento a marcha forçada. E a chegada da ditadura vai permitir também um aumento bastante forte da taxa de desigualdade. Então, a gente poderia pensar que, talvez, a postura de Celso Furtado estivesse errada, porque, precisamente, com um aumento da desigualdade você pode obter um aumento da taxa de crescimento.

Ao contrário, acredito que se trata de uma confirmação da postura de Celso Furtado, porque a postura de Celso Furtado era que, para o setor dinâmico, não existia uma confrontação boa entre a demanda e a oferta. A ditadura vai permitir ao setor dinâmico que possa existir este tipo de confrontação, a saber, que a partir do aumento do peso da classe média, a capacidade de produção ociosa vai diminuir, e então a taxa de lucro e a taxa de crescimento vão subir.

É interessante toda essa discussão porque, de uma maneira paralela, pouco antes ou pouco depois, existiu através de uma outra corrente, que é a corrente de Kalecki, uma discussão também sobre a influência da má distribuição da renda sobre a taxa de crescimento. Porém, existe um *paper* de Amitava Krishna Dutt, que é um economista inglês bastante conhecido, precisamente sobre a tendência à estagnação da Índia; e um economista do tipo kaleckiano, que tem uma grande influência a partir dos trabalhos de Kalecki.

Para Dutt, o problema é o seguinte: se você tem uma economia fechada (a Índia era fechada e o Brasil também), se você não tem progresso técnico (na verdade, é também mais ou menos o caso do Brasil), e se você não tem finanças importantes (foi mais ou menos o caso do Brasil), a partir de um modelo, com três hipóteses importantes, você pode mostrar efetivamente que a subida da taxa de margem significa um aumento da desigualdade, e o aumento da desigualdade vai dar uma queda da taxa de investimentos, o que determina que a taxa de lucro também vai descer. Então, o que significa esse tipo de modelo é tentar mostrar que, para obter maior crescimento, é preciso também melhorar a distribuição da renda, porque melhorando a distribuição da renda seria possível diminuir, de uma maneira importante, a capacidade de produção ociosa.

A segunda parte do problema é que, agora, o mundo mudou completamente. As economias são mais e mais abertas, hoje, e não se pode usar a hipótese de economia fechada. Também não se pode usar a hipótese sobre o progresso técnico, porque hoje temos uma globalização também da tecnologia, mais ou menos. Sobre a questão financeira, não se pode usar a hipótese da ausência de finanças, porque hoje a globalização financeira é mais importante que a globalização comercial, por exemplo. Então, o mundo mudou. E o resultado, de certa maneira, é que a característica talvez mais importante para os países da América Latina, mas também para os países da Ásia, não é a existência de capacidade de produção ociosa, senão, ao contrário, que as capacidades de produção são, talvez, demasiadamente utilizadas, sobretudo, pela questão da infraestrutura, produção de bens intermediários e tal.

O que interessa, a partir deste momento, para nós, é saber se o pensamento de Celso Furtado é sempre atual. Em minha opinião, sim. Por-

que, efetivamente, estamos frente a uma economia mais aberta, estamos frente a uma economia que conhece progresso técnico, estamos frente a uma economia, sobretudo, que conhece uma globalização financeira mais importante que a globalização comercial, e estamos frente, também, a algumas constatações no nível do mundo inteiro. A primeira constatação é que em alguns países, como China, Bangladesh e também Argentina, houve um aumento bastante forte das desigualdades; e as desigualdades são acompanhadas de um crescimento bastante forte, sobretudo no caso da China e do Vietnã, por exemplo. Entre 1980 e 2002, o Gini da China passou de 0,3 a 0,45%; aqui estamos a 0,6%, mais ou menos. Então isso quer dizer que, de certa maneira, a China conhece um processo de desigualdade cada dia mais forte.

Temos também um problema na Argentina. Há quinze anos, no máximo, a Argentina era um país que conheceu uma distribuição de renda mais ou menos próxima da distribuição de renda da França. Hoje, conhece um processo de latino-americanização bastante forte, em que as desigualdades são muito importantes. Em um país como o Brasil, parece que não se pode observar um aumento significativo das desigualdades nos últimos 15 anos.

Primeiro problema, então: quando você tem um aumento da desigualdade, você pode também conseguir uma taxa de crescimento bastante forte. Todo o problema é saber a questão da causalidade, a saber: a taxa de crescimento implica aumento da desigualdade ou o aumento da desigualdade implica taxa de crescimento bastante forte? Essa é uma pergunta bastante interessante, nós vamos depois discutir.

Mas saindo do Índice de Gini, um modo de medir a distribuição da renda demasiado global, o que é mais interessante, sobretudo para um país como o Brasil, mas também para um país como o México, é saber que apesar da estagnação da taxa de desigualdade, você tem um processo de bipolarização, a saber, que a forma da curva de Lorentz mudou completamente. O que quer dizer que você tem uma polarização entre os dois extremos: de um lado, os 10 ou 15% mais ricos do país conhecem um processo de enriquecimento bastante forte, e de outro lado, não digo de uma maneira absoluta, mas de uma maneira relativa, há um empobrecimento de 30 a 40% das pessoas mais pobres. O que quer dizer que se

pode conservar o mesmo Gini, mas o mesmo Gini, depois de 10 anos, tem uma outra significação, devido ao fato de que, efetivamente, existe um processo de bipolarização.

Isso é novo, isso significa que o peso das classes médias, hoje, é menos importante que ontem. Este tipo de fenômeno pode ser observado também na América do Norte, e se chama 'sistema de Gatsby', ou 'economia de Gatsby'. Gatsby é uma pessoa de uma novela, de uma ficção de Fitzgerald bastante interessante, que retrata o modo de vida da sociedade norte-americana no início do século XX; um modo de vida em que há pouca gente que ganha e que vai dar emprego, sobretudo ao serviço pessoal, e não mais; à diferença da época dos Estados Unidos depois da segunda guerra mundial, quando apareceram as classes médias que vão dar um impulso particular que é interessante analisar.

Então, estamos frente a uma sociedade que cada vez mais é do tipo Gatsby, de Fitzgerald, e todo o problema é saber como se explica essa polarização e o que isso significa.

Em primeiro lugar, você tem uma descrição sobre os efeitos do comércio, no sentido de que a globalização comercial, efetivamente, talvez possa resultar em um processo de concentração e de bipolarização da renda. Você conhece também as críticas de Goldman acerca desse tipo de concepção. Goldman mostra, por exemplo, que é impossível dizer que a globalização comercial vai implicar um processo de concentração da renda, porque, no caso dos EUA, por exemplo, o peso do comércio exterior é bastante fraco frente ao PIB. Há muita discussão sobre isso, e não somente no universo da Econometria, mas também no universo da interpretação, o que significa que você pode conhecer uma sociedade onde existe uma abertura bastante fraca, mas a influência dessa abertura, mesmo fraca, é muito grande dentro do país. Imaginemos o caso de uma pessoa doente, em que a causa da doença talvez seja um micróbio. Ou seja, o peso diretamente pode ser pouco, mas, indiretamente pode ser muito importante.

Sabemos que há muitas discussões, hoje, sobre o efeito da globalização comercial, mas não quero falar disso. O que é mais interessante, talvez, é que existe efetivamente um processo de globalização financeiri-

ra muito mais importante. A globalização comercial é quase nada hoje; as economias vão abrir-se mais e mais, e o problema é a abertura financeira, que é quase completa. Existem alguns obstáculos pela Europa e pelos países da Ásia, que praticaram uma tentativa de controlar mais o capital de curto prazo, mas a globalização financeira é muito mais importante, hoje.

Isto vai implicar uma mudança dos comportamentos. Quando se analisa o que se chama valor agregado das empresas não financeiras, em todos os países do mundo (e mais aqui que na França, por exemplo), se poderá encontrar que a parte relativa do salário real vai descer de uma maneira bruta em alguns países, a parte do lucro vai aumentar de uma forma bastante forte, mas o que é mais interessante é que, dentro da parte do lucro, você encontra dois tipos de lucro: o lucro financeiro e o lucro industrial (estou falando da indústria). Isso quer dizer que você tem um aumento, no interior do lucro, da parte de lucro financeiro, de tal sorte que a parte industrial somente pode crescer se a parte do salário cair muito. E, ao final de tudo, cresce menos que deseja. Significa que existe, a partir desse momento, um *trade off* que faz com que pareça ser mais interessante colocar o dinheiro diretamente no setor financeiro que no setor produtivo.

Tenho em meu *paper* os últimos dados sobre o caso do Brasil, e se pode ver isso de uma maneira bastante significativa: existe um descompasso cada dia mais forte entre a evolução do salário real, de um lado, e a evolução da produtividade, de outro. A evolução da produtividade aproveita, sobretudo, a formação do lucro, em especial a formação do lucro financeiro e não o lucro produtivo. Isso quer dizer que, a partir deste momento, a função de investimento vai conhecer uma evolução bastante simples, no sentido de que não vale a pena aumentar significativamente os investimentos diretamente no setor produtivo.

Este tipo de evolução vai dar um comportamento bastante interessante. Aí você pode dizer que, de certa maneira, estamos frente a uma economia Gatsby, com um comportamento do tipo rentista, o que quer dizer que existe a possibilidade de fazer *trade off* entre, de um lado, investir na produção e, de outro lado, investir diretamente no setor financeiro.

Mas, o que talvez me interesse mais é, sobretudo, o comportamento dos bancos, o comportamento das pessoas e das instituições, e não somente o comportamento das indústrias. É interessante ver que agora estamos frente a uma particularidade: os bancos não servem para quase nada (desculpem, eu digo os bancos privados). Qual é a função principal dos bancos, agora? Empréstimo de dinheiro? A quem? Ao Estado. O Estado vai emitir bônus, e vale a pena comprar os bônus do Estado. Então, a função principal do Estado não é ajudar os bancos, e nem ajudar diretamente o setor industrial. O setor industrial precisa só da moeda, fazer um empréstimo no banco só para o que se chama capital de giro e não para investir. Esta é uma situação bastante original. E a outra função dos bancos é, efetivamente, emprestar dinheiro às pessoas a taxas que, para mim, que sou de fora, parecem um pouco loucas, sobretudo no caso do Brasil: vocês têm um país campeão do mundo de futebol e também de taxa de juro real. Significa que o banco não serve para ajudar investimentos. Isso poderia explicar muitas coisas.

Felizmente existe um BNDES, felizmente existem alguns organismos públicos que permitem emprestar com taxas de juros menos fortes. Mas, no final de tudo, investir a partir de dinheiro que vem de fora, a custo de mercado, significa que as grandes empresas vão emprestar o dinheiro fora do país, diretamente, ou indiretamente, agora dentro do mercado financeiro. Essa é a primeira coisa.

Segundo ponto é o comportamento das pessoas. É interessante ver que, segundo a teoria, quando você tem um processo de bipolarização da distribuição da renda, você tem uma poupança mais importante. É, por exemplo, a explicação de Kaldor. Mas, nos países emergentes, entre aspas, o processo é talvez um pouco diferente. O que Celso Furtado registrou muito é que a gente vai copiar o comportamento das pessoas dos países do centro, o que significa que não vai ter um comportamento de poupança, e a poupança não vai aumentar significativamente. Então, a gente vai consumir da maneira das pessoas mais ricas, e também vai investir diretamente nos bônus emitidos por Estados, mas significa que a gente vai consumir muito, não vai fazer poupança de forma significativa, poupança que poderia ir para o setor produtivo; vai consumir, ou fazer poupança pelo setor da especulação. E o consumo desse tipo de pessoa é um consumo que não impulsiona investimentos.

Para concluir, penso que, a partir desse momento, dentro de um mundo globalizado, equilibrando o problema do progresso técnico, equilibrando o problema das finanças, equilibrando o problema da abertura da economia, o pensamento de Celso Furtado parece bastante forte para entender o que se passa no processo de estagnação, porque acho que efetivamente a forma da distribuição, não ao nível essencialmente da distribuição da desigualdade, mas a evolução da forma de distribuição da renda permite entender talvez mais (porque há outras explicações) o processo de tendência à estagnação.

Se você quiser ver o que se passa nos países da Ásia, você pode observar que existe um Estado, que não é o Estado dos anos 40, é um Estado capaz de fazer uma política industrial, que não significa empresa pública, necessariamente, senão uma política de subsídio sobre os nichos; você tem também uma capacidade do Estado de ter a porta aberta ao comércio exterior (tem um porteiro, que vai controlar a abertura da porta, se você quiser), e a abertura não será uma abertura de tipo livre câmbio, mas uma abertura completamente controlada. Se você tem isso, você pode talvez entender que os países da Ásia podem conhecer uma desigualdade maior, e também uma taxa de crescimento mais importante. Muito obrigado.

José Sydrião de Alencar Júnior

Depois dessas palavras interessantes do professor Salama, eu queria colocar que o Banco, a partir de 2003, saiu da ciranda financeira, voltou a aplicar aqui no Nordeste; nós saímos de R\$ 250 milhões em 2002, vamos aplicar R\$ 4 bilhões este ano, então estamos livres dessa observação do professor Salama.

O professor Salama falou da atualidade do pensamento de Celso Furtado. Estou lembrando a passagem de um artigo do professor Eduardo Girão, num livro que lançamos agora,⁹ que diz que uma das frustrações, entre aspas, do professor Celso Furtado, nos últimos anos de vida, é que a

⁹ GIRÃO, E. Profecias de um combatente : recortes do pensamento recente de Celso Furtado. In: ALENCAR JÚNIOR, J. S. de. *Celso Furtado e o desenvolvimento regional*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

grande imprensa não fornecia espaço para o professor Celso Furtado colocar essas idéias. A grande imprensa, que coloco também entre aspas. Acho que a atualidade é uma questão importante que foi colocada.

Passo a palavra ao professor Assuéro, nosso professor aqui da Universidade Federal do Ceará, professor de inúmeros alunos, entre os quais me incluo.

Assuéro Ferreira

Bom-dia a todos, professor Alencar, professor Dowbor, professor Salama. Eu me sinto muito honrado por esse convite, e até mesmo muito honrado de participar desta mesa, com pessoas a quem tenho admiração pessoal e profissional. Minha avó dizia: diz-me com quem andas que eu te direi quem és. Se isso for verdadeiro, estou muito bem situado.

O que eu me propus apresentar aqui seria uma discussão sobre as idéias de Celso Furtado com relação à região Nordeste, e o artigo que eu produzi para este fórum está editado nesse livro que foi lançado hoje, cujo título é: Celso Furtado e o Nordeste – da invenção criadora do GTDN à reinvenção do futuro na década perdida.¹⁰ Eu tentei fazer uma análise nesse sentido considerando duas etapas históricas do Brasil que são extremamente interessantes para aqueles que querem entender este país. A primeira etapa refere-se, exatamente, aos anos 1950, onde, no fim dos anos 1950, se origina o chamado documento do GTDN, “Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste”.¹¹ E a outra é o primeiro quinquênio dos anos 1980.

Historicamente, no Brasil, num prazo muito curto, de cerca de 20 anos, nós podemos pensar uma mudança completa de perspectiva política e de relação do Brasil, enquanto nação, com o resto do mundo, como os economistas gostam de dizer.

¹⁰ FERREIRA, A. Celso Furtado e o Nordeste: da invenção criadora no GTDN à reinvenção do futuro na década perdida. In: ALENCAR JÚNIOR, J. S. de. *Celso Furtado e o desenvolvimento regional*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

¹¹ GTDN. *Uma política para o desenvolvimento econômico do Nordeste*. 2. ed. Recife: SUDENE, 1967.

Os anos 1950, até o fim do governo Kubitschek, representam uma linha de continuidade que nasce nos anos 1930 extremamente importante – e que, posteriormente, tem certa continuidade no governo Goulart, mas já um tanto desarrumada, digamos assim –, que diz respeito ao papel do Estado na economia brasileira e à introdução de uma ideologia desenvolvimentista que antecipa, de alguma maneira, as proposições keynesianas. Ou seja, do papel ativo do Estado constituindo e reconstituindo a acumulação de capital a partir dos seus gastos, assim como de incentivos de gastos do setor privado.

Já nos anos 1930 isso se manifesta, e não só com relação à política do café – pois é muito citada a política do café como uma política keynesiana –, mas na realidade a entrada do Estado na economia a partir dos anos 1930 vai muito além disso, é muito mais complexa. E, além de tudo, é um momento também de reestruturação do Estado, procurando destruir as bases de dominação patrimonial – e isso é bem weberiano, porque, aliás, se não eram positivistas os que faziam parte do núcleo do poder naquele processo tecnocrático, eram weberianos –, e há uma reorganização do ponto de vista instrumental também do Estado para uma inserção diferenciada na economia.

Esse processo se desdobra desde os anos 1930 até, praticamente, o golpe militar de 64. Não que o governo que se monta a partir do golpe não seja também um governo que vai se pautar por essa linha de intervenção. Ao contrário, ele até exacerba essa linha de intervenção, inclusive de forma centralizada.

Mas há um fator de diferença que é extremamente importante: a partir dos anos 1930, tudo isso, na realidade, está embasado por um sentimento de fundação da nacionalidade no Brasil. Essa fundação da nacionalidade passa, inclusive, a partir do modo como o Estado se introduz na economia, ordenando a economia e a sociedade, e há a tentativa de criar uma classe capitalista, a tentativa de criar uma classe trabalhadora nos moldes de um capitalismo maduro. E há certo sucesso nesse sentido. O que se vai constatar desse sucesso, fundamentalmente, nas conciliações de poder pelo alto que se estabeleceu em todo o período ditatorial do Estado Novo, no aperto também democrático do governo Dutra, e num começo de abertura nos anos de Juscelino Kubitschek, é que todo o

processo caminha no sentido daquilo que se chama de modernização conservadora. Ou seja, criar no País um desenvolvimento capitalista, mas um desenvolvimento capitalista polarizado, tal como Salama levantou com muita propriedade.

Não é em vão, neste sentido, que o Brasil, tendo se tornado nesse período curto, de cerca de 40 anos, uma das maiores economias industriais do mundo, é o campeão de desigualdades sociais em todos os sentidos que se imagine, porque não é só a questão do Índice de Gini ser mais alto, mas a questão também é de uma ampla pobreza.

Ora, a euforia dos anos 1950, com o segundo governo Vargas, e o seguimento que vai dar o governo JK, já com uma diferença, com a abertura da economia para o exterior – e aqui não estou falando da abertura via comércio, da questão de importação e exportação, que para mim é um conceito extremamente restrito, mas a abertura fundamental, que é a abertura via movimento de capitais, porque é na abertura via movimento de capitais que você termina por consagrar, no processo de andamento da acumulação, os mecanismos de dominação e de interdependências internacionais –, é esse momento exatamente que vai coincidir com a entrada e a expansão do setor produtor de bens duráveis no Brasil.

E notem que há uma coisa interessante. Embora a reforma bancária que se fez posteriormente, já no movimento militar, tentasse fazer uma segmentação da estrutura bancária, com bancos de investimento, bancos comerciais etc., no fim os bancos de investimento no Brasil se consagraram a fazer empréstimo ao consumidor, e os bancos de investimento realmente continuaram sendo os bancos estatais.

Quando você tem um Estado que se transforma tanto no produtor direto quanto na referência fundamental da criação de financiamento, ou seja, de poder de compra, para o setor privado, até mesmo sendo ele de capital internacional, necessariamente tem que haver um custo social disso, e este custo social se fez progressivamente através das transferências de renda dos setores menos aquinhoados – daí por que as migrações, por exemplo, da região Nordeste para o Sudeste vão propiciar a formação de um exército de reserva que vai deprimir os salários, salários monetários e salários reais, o que obviamente vai dar permanência a uma estrutura de

distribuição de renda extremamente desigual. E a base da sustentação do crescimento passa a ser o setor produtor de bens duráveis.

Isso é o que Celso Furtado levanta como uma questão fundamental, ou seja, de uma economia voltada para certos segmentos privilegiados, e que na formação desses segmentos privilegiados o Estado tem um papel fundamental. Por que o Estado tem um papel fundamental? Com a criação das empresas privadas, quando da organização tecnocrática do próprio aparelho de Estado, vão se constituir as chamadas tecnocracias, e isso é que vai formar a camada privilegiada no Brasil. Eu acho que seria interessante, inclusive, um estudo para demonstrar o quanto o processo de privatização no Brasil empobreceu a classe média.

E no Nordeste, o que se passa nos anos 1950? Mais ou menos a partir de 1955, começa a haver no Nordeste uma manifestação extremamente importante, que é o movimento das ligas camponesas, a partir de Pernambuco, e isso de alguma maneira se espalha, não nos mesmos moldes das ligas camponesas, para o resto do Nordeste. Meu pai, por exemplo, foi um fundador de sindicatos rurais no interior, ele era do Partido Comunista, e meu envolvimento com a política começa exatamente no movimento estudantil, mas com meus olhos voltados também para essas organizações de camponeses.

Daí por que, quando sai o documento do GTDN – eu era muito novo na época, mas também entrei muito novo na política, por volta dos 12 anos já estava metido em movimento estudantil –, uma das teses cruciais da questão do GTDN era exatamente no que diz respeito à estrutura agrária do Nordeste. Para o GTDN, o elemento fundamental de atraso da região Nordeste estava exatamente na sua estrutura agrária; era essa estrutura agrária irradiadora dos problemas ou dos obstáculos, por assim dizer, na tese do GTDN, com relação ao desenvolvimento do Nordeste. Daí por que havia uma proposição no GTDN de uma transformação da estrutura agrária. Mas a proposição que Celso Furtado fazia à época caminhava no sentido de dizer o seguinte: é fundamental que se faça uma reforma técnica para dotar a estrutura agrária no Nordeste de um nível de produtividade tal que possibilite o fornecimento de alimentos e de matérias-primas para o meio urbano, à medida que esse meio urba-

no for se expandindo com a introdução de estruturas produtivas industriais, de serviços etc.

Então, na formulação do GTDN há essa questão fundamental: primeiro, estruturar uma intervenção na Região. O GTDN era exatamente uma formulação do governo que possibilitasse mudar os rumos da economia existente no Nordeste, considerada uma economia estagnada, de baixa produtividade, e ainda mais sofrendo problemas climáticos. Eu obviamente estou fazendo uma caricatura, uma síntese, porque o pouco tempo aqui não dá para se conduzir uma discussão mais alentada do GTDN.

Por outro lado, havia outra proposição política fundamental. Nós, comunistas à época, que vivíamos lutando pela reforma agrária, considerávamos aquela proposta um verdadeiro retrocesso. Então, quando o professor Paul Singer disse ontem aqui que havia se debatido bastante com certas proposições de Furtado, quando ele era do partido socialista, quando fazia movimento estudantil, eu também o fiz. Obviamente não tive a estrela, o brilho posterior do Dr. Singer, porque a discussão dele com Celso Furtado, posterior, foi muito mais virulenta, no que diz respeito a questões teóricas etc. Não vou levantar isso aqui porque não interessa, ele já fez sua autocrítica com relação a isso.

Mas o fundamento, então, tinha que ser também político, e obviamente essa própria modificação técnica na estrutura agrária requereria também uma mudança política; e essa mudança política era mudar não necessariamente a forma de propriedade, mas mudar tecnicamente o tamanho da propriedade etc. E com essa reforma técnica se criava, na visão do GTDN, um excedente populacional que poderia ser transferido, em processos de colonização, numa expansão da fronteira agrícola do Nordeste nas áreas úmidas. Essa expansão de fronteira se deu muito posteriormente, mas não se deu via processo de colonização; ela se deu mais pela entrada do grande capital.

Nesse processo, havia um outro elemento que devia ser aglutinador, que era o Estado. Aí a gente vê claramente – e isso se reproduz desde o Estado Novo, em todos os anos 1930, e posteriormente vai se reproduzir nessa linha de continuidade que eu chamei entre os anos 1930 e o governo JK – a idéia de ter o Estado fundando a sociedade.

A criação da Sudene é uma peça nesse processo. Mas, na realidade, o que seria a criação da Sudene? A criação da Sudene era criar um aparelho de Estado no Nordeste que superasse os domínios patrimoniais existentes. Ora, essa revolução econômica iria provocar também uma profunda mudança social, porque iria expandir no meio rural a presença de camponeses, pequenos e médios proprietários de classe média, em certo sentido (um tipo *farmer* americano ou coisa assim), e, no meio urbano, iria expandir o operariado industrial, o operariado de serviços, de comércio etc., mas também uma nova classe empresarial. Há isso bem explícito no GTDN, a formação de uma nova classe empresarial. Quem iria formar a nova classe empresarial? O Estado. Então, tudo o que se monta em torno da estrutura da Sudene para ordenar o desenvolvimento do Nordeste terminaria, certamente, por transformar também a estrutura social existente.

E de certa maneira isso aconteceu. Não aconteceu como previa Celso Furtado. Nos anos 1980, eu tive oportunidade de debater aqui, na Universidade Federal do Ceará, um trabalho com Celso Furtado, ele já fazendo exatamente uma avaliação 20 anos depois da criação da Sudene, e a tese principal que ele sustenta é que o Nordeste efetivamente cresceu, mas não se desenvolveu; o Nordeste simplesmente se modernizou.

Essa é a tese, obviamente: se você tem, a partir da indução do Estado, toda essa estrutura, é difícil obter desenvolvimento, se pensamos desenvolvimento como obtenção crescente de melhoria de bem-estar social, quando se mantém as estruturas de poder em que, mesmo subsidiariamente, os proprietários de terra permanecem, ainda, como segmentos com poder de decisão nesses núcleos de poder. Pelo menos, a experiência mundial nos diz isso, excetuando talvez o caso da Alemanha sob Bismarck, e talvez a França, um pouco, sob Napoleão. Veja-se, por exemplo, o caso do Japão, o caso da Coreia do Sul, o caso de Taiwan; houve toda uma destituição de poderes dos senhores feudais.

Então, o que acontece? A perspectiva já colocada por Celso Furtado no começo dos anos 1980 muda de feição, sobretudo do ponto de vista político. E não há nada, do ponto de vista da perspectiva colocada por ele, nos anos 1980, que economistas, sociólogos, cientistas sociais em geral, no Nordeste (de boa cabeça, porque tem um bocado de economis-

ta no Nordeste que tem uma cabeça terrível), já não houvessem colocado. Estão aqui presentes muitos desses pensadores brasileiros, nordestinos, que fizeram essas proposições, ou essas análises, esse diagnóstico que Celso Furtado adota: de que o Nordeste cresceu, se modernizou, mas não se desenvolveu; o Nordeste adquiriu um padrão de consumo igual ao padrão de consumo adquirido pelo Centro-Sul, e tem ligação com a economia internacional. Ou seja, a projeção da economia internacional desborda-se sobre todo o território.

Mas há uma questão que para mim é crucial. Ele diz: “portanto, a questão regional não faz mais sentido se não for pensada politicamente”; ora, aí é uma mudança de rumo na questão. Não que ele não fizesse as proposições econômicas. Mas a questão crucial, dizia ele, é que o Nordeste só se desenvolve se mudar, radicalmente, sua estrutura agrária. Na realidade, ele estava falando explicitamente da reforma agrária. Na maior parte dos textos, ele não coloca a reforma agrária explicitamente, mas em alguns textos, e mais particularmente nesse texto, que não lembro aqui o título, ele coloca que a reforma agrária é o elemento essencial para o desenvolvimento dessa área do Nordeste como uma área da economia brasileira.

E aí ele dizia: “mas essa reforma agrária tem que passar, necessariamente, por uma contemplação de políticas que tratem fundamentalmente com a economia camponesa”. Tratar fundamentalmente com a economia camponesa em que sentido? Primeiro, dotando esses produtores de um mínimo de segurança no que diz respeito a inserção de tecnologias compatíveis, estruturação de sistema de cooperativas, para que eles possam fazer frente inclusive aos intermediários comerciais, assistência permanente do Estado e, inclusive, uma transferência maciça de recursos públicos sem retorno, como se fosse uma transferência a fundos perdidos.

Aí ele mudava. Para ele, o fundamento da transformação da Região passava necessariamente, agora, da sociedade para o Estado. Ou seja, o Estado transformara a sociedade criando e reproduzindo as desigualdades preexistentes, agora apenas sob uma capa, uma fantasia moderna. Por exemplo, aqui nesta sala, se a gente perguntar, quase todo mundo tem telefone celular; mas se perguntarmos quantos aqui nesta sala têm renda

para ter telefone celular, aí muito provavelmente vai aparecer um bocado de gente que não tem. Não estou querendo criticar ninguém, estou só dizendo: isso é modernização. Mas isso, do ponto de vista ideológico, como disse o professor Galvan, que foi meu professor de metodologia, se projeta no capitalismo como se fosse um sonho. E o capitalismo (eu vou dizer uma tolice aqui) não caiu ainda porque é mais forte ideologicamente do que economicamente.

Então, o que acontece fundamentalmente neste processo a que Celso Furtado se refere, ou seja, para a manutenção desse consumo sofisticado, principalmente em áreas de menores rendas, em áreas de rendas *per capita* diferenciadas (além das rendas *per capita* diferenciadas, uma extensa desigualdade absoluta e relativa de rendas), é preciso que se faça o quê? Permanentemente, uma transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos. E o Estado opera isso inclusive nas obras públicas. Quando se vê, por exemplo, quanto se gasta na construção de escolas e quanto se gasta no sistema de pavimentação das ruas de classe média alta; ou quanto se gasta, por exemplo, de subsídios implícitos para a montagem de indústrias, verifica-se que há uma transferência de renda da população mais pobre para a mais rica. A carga de impostos indiretos é altamente regressiva, você faz uma transferência de renda dos que não têm para os que têm. Ou seja, todo o processo de acumulação de capital é um processo de acumulação que somente se faz, do ponto de vista sustentável, se for subsidiado.

Ora, mudar o desenvolvimento é mudar estilo, é mudar o mecanismo de financiamento. Mudar em desenvolvimento não é boa vontade, porque já se disse há muito tempo que de boa vontade o inferno está asfaltado. Aliás, de boa vontade a gente poderia asfaltar todas as ruas sem gastar o dinheiro dos pobres. Porque todo esse mecanismo, seja ele decorrente dessas receitas que são obtidas via impostos indiretos, que é onde a carga maior incide sobre a população em geral, do ponto de vista regressivo, ou seja, via mecanismos de empréstimos, quem paga a conta normalmente é a população mais sacrificada neste processo. Ora, se em determinados momentos isso acontece via mecanismos de impostos, acontece de outro modo, em também grande parte das nossas circunstâncias históricas, via transferência de imposto inflacionário, porque a inflação termina por ser um mecanismo transferidor de rendas.

Portanto, o que Celso Furtado propugnava era exatamente o fato de que não é uma questão econômica que se põe hoje no desenvolvimento brasileiro e no desenvolvimento nordestino, em particular; temos que ver a questão, na atualidade, como uma questão, sobretudo, política, mas uma questão sobretudo política que tem que ser resolvida ao nível da sociedade civil. Talvez aqui se pudesse dizer: Celso Furtado é um utópico. Ora, mas se a sociedade civil não resolve, alguém resolve por ela. E quando alguém resolve por ela, só há uma instância que resolve por ela, que é o Estado, e o Estado nunca resolve bem pela sociedade civil. Isso aqui não é tese de liberal não, é tese de um kaleckiano que acha que o Estado tem um papel importante, mas tem um limite para ser o truque financeiro, na medida em que ele termina por criar problemas até mesmo para a classe a quem ele serve. Isso é abordado por Kalecki no seu famoso artigo sobre os aspectos políticos do pleno emprego.

Portanto, eu diria o seguinte: uma coisa que Celso Furtado sempre afirmava nos últimos tempos é que cabe às novas gerações repensar este papel. Se pensarmos nos economistas, eles hoje estão me provocando profunda decepção, e certamente eles nem vão me dar satisfação por isso. Mas, como eu sou um formador de economistas há muitos anos, até ganhei uma placa de economista emérito, eu posso hoje, já com essa idade, dizer isto: atualmente, há certa tristeza em ser economista, porque sempre estão nos atribuindo as misérias do mundo. Mas, se voltarmos o pensamento para economistas como Celso Furtado e outros, no Brasil e na América Latina, temos belos exemplos de pensar o seu mundo. Certa vez, ouvi uma conferência de Celso Furtado, no início dos anos 1980, quando ele estava voltando do exterior, do exílio, ou do auto-exílio, e ele dizia: eu hoje me considero um cidadão do mundo, mas com os olhos permanentemente voltados para o meu país. Eu acho que esse sentido de país é o que nós terminamos por perder. Obviamente, é um sentido de país sem chauvinismo, sem julgar que somos o melhor país do mundo, como a gente costuma achar. Obrigado.

José Sydrião de Alencar Júnior

Das palavras do professor Assuéro, acho que um ponto importante colocado é que a questão regional passa pela política. Também conside-

ro que a economia em si, hoje, é insuficiente para explicar a questão regional. Nós temos que ter essa visão mais de totalidade de pensar as coisas, com a ciência política, com a sociologia, com a geografia, com a história. Creio que isso também passa por essa abertura.

Vou passar agora para o professor Dowbor.

Ladislau Dowbor

Boa-tarde a todos. Acho que isso aqui é um espaço de reflexão. Todos nós estamos à procura de caminhos. Eu gostei muito da frase do Assuéro: “há certa tristeza em ser economista, hoje”. Às vezes, a gente complica tanto as coisas que esquece do essencial.

Deixe-me contar, rapidamente, uma história para vocês. Anteon-tem, eu estava numa localidade chamada Frades, no Maranhão (quem não ouviu falar não perdeu nada, são, salvo engano, 17 casas), fui lá inaugurar uma capela. É um lugar de extrema pobreza. Como se inaugurava alguma coisa, apareceram dois prefeitos e era impressionante a quantidade de carros de luxo que havia lá. Uma vaca pagou o pato nisso... Quem tinha montado aquela capelinha era um grupo de gente de um nível de pobreza extrema, que não tem água corrente, que não tem acesso a médicos, que não tem nada ali; realmente é um fim de mundo. É na beira do Tocantins, entre Imperatriz e Marabá. A capelinha foi inaugurada em honra ao meu pai.

É interessante: meu pai era engenheiro metalúrgico, nós viemos ao Brasil em 51, e ele foi convidado pela Belgo Mineira, trabalhou muito como engenheiro para se tornar um sucesso individualmente, e com 64 anos, em 1964, ele migrou por aquelas bandas, comprou um barquinho quando saiu da empresa, andou por uns dois anos passeando pelos rios da Amazônia, e comprou ali uma casinha cara, 450 dólares, se instalou e viveu ali os últimos trinta anos da vida dele.

Lá, ele viu que as pessoas morriam das coisas mais ridículas, então ele acionou seus amigos para mandarem medicamentos, fez um pequeno curso de prático e começou a curar as pessoas. Parou de morrer gen-

te. Quando cheguei do exílio ele me mostrou: ele tinha 1.400 famílias cadastradas, com tudo bem organizado, os problemas que cada um tinha, as datas... Parou de morrer gente. Depois veio uma empresa de grandes grileiros interessados em tomar toda a região, e começaram a expulsar os camponeses. Então, ele, como engenheiro, mapeou tudo aquilo, foram todos em ônibus fazer registro em cartório de usucapião, essas coisas... Aí salvaram as terras. Aí ele virou um engenheiro importante.

Em seguida, como ninguém tinha acesso a crédito, porque para banco negociar micronecessidades de crédito para “pequenas” pessoas é muito complicado, precisa fazer cadastro e tudo o mais, então ele se colocou como aval ao gerente do Banco do Brasil de Imperatriz. Ele disse: olhe, eu sei quem vai encher a cara com esse dinheiro e quem vai plantar, então eu posso fazer esse sistema de organização na região para vocês. E o crédito passou a fluir.

Sabe o que eu estava pensando, Assuéro? Que meu pai era economista. Mas economista de verdade. Eu fiquei muito emocionado, me vieram lágrimas quando eu vi aquele pessoal fazer aquela capelinha para um velhinho ali. É muito impressionante essa coisa. E a gente nota o absurdo que é aquele monte de Toyotas, todos aqueles carros, numa região de uma miséria extrema, e um pessoal com todo o aparato, de celular e tal. Parece que a gente perdeu a noção das coisas. É de um surrealismo... Sinceramente, acho que a gente precisa de um choque de bom senso para ver o que a gente está fazendo.

Relendo Celso Furtado – todos nós conhecemos Celso Furtado, mas, por via das dúvidas, a gente pega o livro, dá uma lida –, eu vi que ele insiste muito que a economia tem que ser organizada por resultados que a gente quer. O que é que a gente quer da sociedade?

Eu conheci Celso Furtado em Recife, eu era repórter do Jornal do Commercio, em 63, e como repórter eu assistia às reuniões da Sudene, e me ficou uma marca muito interessante que para mim retrata outra dimensão do funcionamento das nossas políticas. Celso Furtado propôs ali o financiamento de uma série de projetos, e um grupo de governadores, na reunião do Conselho, disse: “olha, essas coisas não são assim, porque nós precisamos receber as propostas, estudá-las, ver se estamos de acor-

do, se elas correspondem aos nossos interesses”, aquela coisa. Celso Furtado disse, tranqüilamente: “estou plenamente de acordo, acho que é muito respeitável esse posicionamento. Nós, aqui da Sudene, naturalmente, quando vocês pedirem financiamentos, também vamos estudar calmamente, com o devido cuidado...”.

Na realidade, tudo o que a gente discute em termos econômicos, técnicos, está perpassado por este processo de tensões políticas, de ‘quem é que manda’ no processo. Aqui se levanta o problema do drama político. Celso Furtado, na época, em 63, tinha como colocar uma posição destas frente a representantes das oligarquias regionais. Eu fui encontrá-lo sete anos depois, em Paris, como exilado. Interessante esta coisa: exilaram o Celso Furtado neste país.

Eu sou casado com a filha de outro pernambucano, outro nordestino, que é Paulo Freire. Paulo Freire foi exilado porque fazia alfabetização. Gente, se nós não colocarmos no centro o problema político das relações de poder, de como nós organizamos as coisas, estamos falando de poesia! As pessoas falam aqui nas elites, é simpático falar de elites, mas para mim não é elite coisa nenhuma. Este conjunto da articulação de velhos coronéis, de oligarquias corruptas, transnacionais, e do sistema especulativo internacional, essa estranha conformação de interesses que se gerou, realmente está travando o processo de desenvolvimento desta terra. É a minha convicção.

Retomando o raciocínio do Salama, o processo, em si, é relativamente simples. Nós temos uma estrutura de renda concentrada, que não vem de agora, que vem do fato de que nós somos o último país a abandonar a escravidão, do fato de as estruturas feudais não terem sido reformadas (feudais entre aspas, naturalmente, não tecnicamente; atrasadas, digamos assim). Essa estrutura de renda, é claro, gera uma estrutura de demanda que lhe corresponde, concentrada para consumo de elite, e é a estrutura de demanda que dita as estruturas produtivas. Então, nós nos industrializamos em torno do automóvel de passeio, enquanto a Coréia estava desenvolvendo pequenos implementos agrícolas para modernizar a base econômica do país, ou o Japão investia na educação e na generalização do apoio tecnológico, ou como hoje a Índia está criando núcleos

de apoio tecnológico em todas as suas 600.000 aldeias. Acho que somos vítimas daquele argumento surrealista do Hirschman, de que a gente desenvolve lá em cima e depois vai haver um *flipping down*, aquilo vai gotejar para baixo. Não goteja nada para baixo, goteja para cima! E vítimas de outro absurdo que é aquela coisa de primeiro fazer crescer o bolo para depois distribuir. O Delfim hoje está querendo comer o bolo, aparentemente. Acho isso muito surrealista.

Essa herança perversa entre estrutura de renda, estrutura de demanda e estrutura de produção mantém o País centrado na produção para consumo de elites e para exportação. Essa coisa, que está analisada em todos os textos do Celso Furtado, basicamente não mudou; ela se agravou por um elemento que o Salama estava levantando aqui, que é o processo de financeirização, que esteriliza a poupança das pessoas e a transforma em especulação financeira em vez de transformá-la em investimentos.

Isso é interessante, porque aqui, bem atrás das nossas cabeças, sempre tem esse negócio: a gente não gosta das injustiças econômicas, da concentração de renda, mas a gente pensava assim: “é feio o homem ter aquele iate num país pobre e tal. Mas, tudo bem, a produção de iates gera fábricas, as fábricas geram empregos, enfim...” A própria concentração de renda a gente imaginava que ia se transformar num processo indiretamente de inclusão. Só que hoje a poupança é rigorosamente esterilizada, é transformada num processo de especulação, e você não tem nem a justiça social, nem o investimento e nem o desenvolvimento produtivo. Esse é o impasse.

E aí, se a gente olhar a América Latina, olhar o que está acontecendo na Bolívia, na Colômbia, no Equador, a guerra que está em curso na Venezuela, a tragédia que aconteceu na Argentina, realmente nós estamos frente a um repensar de rumos. Esse repensar de rumos eu colocaria sob o signo de um conceito do qual gosto muito, que o Ignacy Sachs desenvolveu bastante, que é o conceito de subutilização de recursos.

É interessante pensar o seguinte: somos um país com cerca de 180 milhões de habitantes, dos quais 120 milhões estão em idade ativa (formam a PIA – População em Idade Ativa, entre 16 e 64 anos). Destes 120 milhões, apenas 80 milhões estão na chamada PEA – População Econo-

micamente Ativa. Se vocês pegarem a metodologia do Dieese, e calcularem 20% de desempregados sobre os 80 milhões, teremos que, neste país, 65 milhões de pessoas carregam o piano, sobre 120 milhões em idade ativa. Se vocês imaginarem, nesses 65 milhões, a quantidade de gente que não teve acesso à educação, portanto tem produtividade muito baixa – são as pessoas que limpam os nossos vidros nas esquinas, nos ajudam a estacionar, são os seguranças que apitam nas nossas ruas –, eu diria o seguinte: a subutilização de nossa força de trabalho, num país que tem tanta coisa para fazer, é absolutamente surrealista!

Em Mauá, abriram uma frente de trabalho; não esperaram que aparecesse empresa, abriram uma frente de trabalho com 600 postos, apareceram 20.000 pessoas, e estão utilizando a mão-de-obra parada para as coisas mais elementares. Por exemplo, para ajudar as pessoas no hospital. A pessoa chega com um doente e não sabe para onde ir, atrapalha todo mundo, fica batendo em tudo quanto é porta. Ali há pessoas que recebem treinamento de duas semanas e atendem a pessoa que chega, vêem qual é o caso, já encaminham. Outras pessoas fazem saneamento básico, um conjunto de coisas. Nós temos casas a construir, temos tanta coisa a fazer... A gente calculou que um real aplicado em saneamento representa quatro reais que a gente economiza em saúde. É um excelente investimento! O que atrapalha é que a gente fica esperando que apareça empresa para desenvolver.

Eu acho que o grande movimento que está transformando esta visão é que a gente está começando a entender que desenvolvimento se faz, não se espera. Em cada lugar nós temos gigantescos recursos subutilizados, a mão-de-obra é um deles; é um absurdo ter tantas coisas para fazer e tanta gente parada, porque a gente não está evoluindo para as formas inovadoras de organização social: frentes de trabalho, associações, cooperativas ou o que seja.

Outro elemento é a subutilização dos recursos financeiros, que foi amplamente vista pelo Salama; não vou insistir muito, mas eu queria lembrar alguns dados: em Bertioga, uma pequena cidade perto de São Paulo, nós fizemos um levantamento para ver o que acontece com o dinheiro depositado pelas pessoas ali. A gente constatou que apenas 8% estavam reinvestidos localmente, 92% estavam na ciranda financeira. Então, não é

só dinheiro público; a poupança está sendo desapropriada.

Antigamente, o gerente de um banco era uma pessoa que conhecia a fundo os clientes, os investidores locais, as oportunidades. Para ele se rentabilizar como banco localmente, ele tinha que chamar o empresário, sugerir: “você faz um hotelzinho, a gente financia...” Hoje, você tem um gerente de 25 anos, que é remunerado por pontos, de acordo com a quantidade de dinheiro que ele consegue extrair da região. Em São Paulo, todo o dinheiro vai parar na Cidade de Deus, ou alguma coisa assim.

É curioso se você comparar com os Estados Unidos. Eu discuti com um economista americano que estava me dizendo: “olha, os americanos são muito patrióticos com dinheiro. Se um cara no banco local está aplicando o dinheiro em Cingapura, ele vai receber a visita de residentes locais que dirão: – amigo, esse dinheiro aqui no teu banco é nosso, é a nossa poupança. Se você quer aplicar em Cingapura, você vai para Cingapura, porque aqui você vai aplicar esse dinheiro para abrir empregos para os nossos filhos e construir casas para as nossas famílias”. Eu queria lembrar que na Alemanha 60% de toda a poupança da população é administrada por pequenos bancos locais públicos, ou seja, o dinheiro nosso é reaplicado de maneira inteligente.

Este problema da esterilização da poupança que se generalizou no país, e que a gente chama de liberdade de movimento de capitais, é liberdade com dinheiro nosso. Eu tenho uma poupança no Banco Real, eles me pagam cerca de 10% ao ano, ponham aí cerca de 7% de inflação, me dão 3%; ou seja, me pagam uma ‘merreca’. Eles emprestam esse dinheiro, compram títulos do governo a 19,75%. O governo tira dinheiro de onde para pagar aos bancos a 19,75%? Tira dos impostos. Então, de um bolso eu pus dinheiro no banco, que me paga pouco, e do outro bolso eu dou dinheiro ao governo para pagar ao banco para ele ter meu dinheiro. Gente, isso é surrealista!

Vocês viram as taxas de juros? Tenha paciência! Meu caseiro foi comprar um som de uns 500 reais, eu fiz os cálculos com ele, ele ia acabar pagando 1.150 reais. Eu tirei um pouco do meu dinheiro no banco, comprei o som à vista para ele e fui descontando do salário dele. Aí eu disse: “caramba! O dinheiro rende!” Aí comprei uma casa para ele e es-

tou fazendo a mesma coisa. Ele está contente porque tem uma casinha, já alugou a casinha, com isso ele devolve meu dinheiro; não perdi nada, o banco não me paga grande coisa mesmo... Olha, eu estou pondo meu dinheiro para funcionar, é coisa curiosa! O banco, teoricamente deveria fazer isso. Eu tenho um amigo, cientista político, que entrou no cheque especial, e ele me disse: “quando entra meu salário eu pago integralmente o cheque especial e aí entro de novo no cheque especial”. Como o cheque especial cobra 185%, compare com a taxa de juros internacional que é mais ou menos 2,5 a 3% ao ano, significa que, na verdade, ele está vivendo com um terço do salário dele. O que eu fiz? Passei o dinheiro para ele, ele liquidou o cheque especial, e de repente ele achou que tinha rios de dinheiro. Eu não fiz nenhum presente para ele, cobreí dele a mesma coisa que o banco me pagaria se eu tivesse depositado.

Pensem nisso: que absurdo a gente não ter bancos locais, cooperativas de crédito, instrumentos de recuperação do controle das nossas poupanças. O dinheiro tem que ser utilizado produtivamente, como a mão-de-obra tem que ser utilizada de maneira inteligente. Um desempregado custa, a miséria e a pobreza custam mais do que o dinheiro para tirar as pessoas dessa miséria, em termos de impacto de segurança, de má escolaridade, de não produtividade das futuras gerações etc.

Há, obviamente, uma terceira área de subutilização de recursos que é a terra. Eu acho fantástico! Eu viajo de norte a sul do País, visito muitos municípios, políticos locais, e a gente raciocina como economista mesmo. Aí a gente vê que há muita gente desempregada, um monte de terra parada e milhares de pessoas passando fome. A gente pega aqueles livros de Economia, têm equações, fórmulas que não acabam mais... Para dizer o quê? Quando tem terra parada e pessoas paradas e que têm fome, o que é que a gente faz? A gente pega as pessoas e põe na terra, planta... Aí aquilo que a gente colhe a gente come. O que é a ciência, não é?!

Eu acho que nós estamos aqui em plena fase da discussão, digamos. O Celso Furtado é dos grandes economistas dessa segunda metade do século XX, que nos deu grandes cabeças. Há um conceito-chave que se chama economia de alocação racional de recursos. Os nossos recursos têm que ser utilizados de maneira inteligente. Qualquer empresário

que tem uma fábrica sabe que os recursos que ele tem de transporte, mão-de-obra, máquinas, têm que ser utilizados de maneira ordenada e inteligente. Eu acho que a gente tem que voltar a colocar isso no centro das discussões. E alocar racionalmente recursos significa criar processos decisórios correspondentes. E aí a gente se choca com o que a gente estava falando no começo, o processo decisório, as oligarquias, essa velha articulação perversa de uma modernidade atrasada cheia de celulares, de carros e coisas assim, mas cultural e intelectualmente absolutamente atrasadas. Quando eu vejo uma Daslu, ou abro a revista Caras e vejo aquelas madames, aqueles mauricinhos, eu lembro da revolução francesa: o Luís XVI escoltado, indo para a guilhotina, e vendo a população vociferar nas ruas dizia, espantado: — Mas esse povo me amava!

Vou fechar com uma visão que tenho, que é o seguinte: estou batallhando agora intensamente num projeto chamado Política Nacional para o Desenvolvimento Local. Porque o circuito superior da economia, as transnacionais, os grandes bancos, têm tudo que é apoio, e usam o Estado; só criticam o Estado, mas usam o Estado. O Proer a gente viu que foi generoso com a área dos bancos. Nós temos outro elemento que se chama Pesa, que é Programa Especial de Saneamento Financeiro, para quem anda mal das pernas, e que gastou R\$ 32 bilhões de 95 para cá; as multinacionais têm todos os sistemas de apoio tecnológico, todos os sistemas financeiros. Embaixo, ali em Frades, onde está a capelinha do meu pai, não tem nada!

Então, para o circuito inferior da economia (para usar um termo do Milton Santos), tem gente se mexendo. Nós estamos acompanhando cerca de 10.000 experiências inovadoras de economia local pelo Brasil afora. O pessoal cansou de esperar e está arregaçando as mangas. A idéia geral é que a gente chegue com um sistema organizado de apoio junto a essa gente que está arregaçando as mangas, uma política nacional de apoio ao desenvolvimento local. Não dá para a gente ficar só fazendo aqui um pouco de microcrédito, ali um pouco de um curso do Sebrae, ali uma coisinha do Senac, quando no circuito superior os bancos, as multinacionais têm sistemas de apoio fabulosos. Não é inventar a roda. Os Estados Unidos têm uma coisa que se chama *Community Reinvestment Act*, a lei do desenvolvimento local, que obriga os bancos a investir recur-

so localmente. Vocês têm sistemas que obrigam serem as compras do Estado em grande parte direcionadas para pequenas empresas locais. São coisas relativamente simples.

Estamos tentando montar um projeto desses, porque a minha visão – e eu queria fechar com isso – é que, no plano local, às vezes dá para articular diversos atores e criar uma racionalidade de alocação de recursos que, no nível nacional, onde o ar é muito rarefeito, é bastante mais difícil. Muito obrigado.

José Sydrião de Alencar Júnior

Ouvir o professor Dowbor nos dá esperança de que o andar de baixo possa, algum dia, ter condição de mudar para o andar de cima. Bom, devido ao adiantado da hora, a presente sessão está encerrada.

Mestre-de-cerimônias

Gostaríamos de lembrar que retomaremos nossos trabalhos nesse auditório às 13h30, com o Painel II – O Nordeste e as Transformações da Economia Mundial.